

## **SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: BNCC E CURRÍCULO PAULISTA EM FOCO.**

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça<sup>1</sup>

Leticia Severino Vallate<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A presença da Sociologia no currículo se constitui tema ainda muito candente na área de ensino de Sociologia por sua especificidade na educação básica. Desde a proposta inicial de Benjamin Constant em 1890 até no momento da Base Nacional Comum Curricular, a disciplina passa por períodos de presença e ausência no currículo. De efetiva obrigatoriedade os períodos vão de 1925 a 1942 e de 2008 a 2018. O período de 1996 e 2016 se caracterizou por grandes tensões no currículo, marcado pelo avanço das políticas neoliberais — marcado, nesse âmbito, pela Pedagogia das Competências — que irão solapar o espaço escolar com o esvaziamento científico do currículo, paulatinamente, até o seu ápice com as contrarreformas do governo Temer, a Emenda Constitucional nº 95/2016 e a Lei Federal nº 13.415/2017, referentes ao congelamento do financiamento pelo Estado dos serviços públicos, à reforma do ensino médio e a BNCC (2017/2018). A grande mudança está na inserção de itinerários formativos pelas grandes áreas do conhecimento, que desloca o foco disciplinar para temáticas pré-determinadas, rompendo com a presença das disciplinas em todos os anos do ensino médio, introduzindo formalmente a flexibilização do currículo. A Sociologia, mais uma vez na sua história na educação básica, foi impactada e teve seu espaço reduzido no currículo no ensino médio. A partir dessa nova regulamentação, os estados organizaram os novos currículos para esta etapa da escolarização, marcado pelo esvaziamento científico, ocupado por disciplinas como Projeto de Vida, Educação Financeira, Empreendedorismo, entre outras.

**Palavras-chave:** Ensino de Sociologia; Currículo Paulista; BNCC.

### **Introdução**

A Sociologia no currículo, como disciplina obrigatória a partir de 2006, recolocou, paulatinamente, uma agenda de discussão que perpassa questões centrais para a educação escolar de modo geral. Qual o objetivo da disciplina? O que ensinar e como ensinar? Com qual material didático trabalhar? Em que condições de trabalho? Com quais profissionais? Em que escola? Com quais estudantes? Estas questões podem parecer óbvias, sem novidade, porém suas respostas são fundamentais para a organização do trabalho pedagógico na escola, pois é aí que o processo ensino-aprendizagem deve ocorrer.

A importância da Sociologia na educação básica já era preocupação de alguns sociólogos participantes do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, como Florestan

<sup>1</sup> Livre-Docente – curso de Ciências Sociais Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – UNESP/SP [sueli\\_guadalupe@uol.com.br](mailto:sueli_guadalupe@uol.com.br)

<sup>2</sup> Licencianda do curso de Ciências Sociais Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – UNESP/SP, [leticia.vallate@unesp.br](mailto:leticia.vallate@unesp.br)

Fernandes, que em seu clássico trabalho apresentado nesse Congresso, já se manifestava claramente sobre a importância do ensino desse conteúdo científico.

[...] para os sociólogos, o ensino da sociologia no curso secundário representa a forma mais construtiva de divulgação dos conhecimentos sociológicos e um meio ideal, por excelência, para atingir as funções que a ciência precisa desempenhar na educação dos jovens na vida moderna. A difusão dos conhecimentos sociológicos poderá ter importância para o ulterior desenvolvimento da sociologia. Mas o que entra em linha de conta, no raciocínio dos especialistas, não é esse aspecto pragmático. Salienta-se, ao contrário, que a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga a necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes na presente fase de transição de sociedades ocidentais para as novas técnicas de organização do comportamento humano. (...)  
(FERNANDES, 1977, p. 105-106)

Nesse mesmo trabalho, Fernandes (1977, p. 108) apresenta ideias de diferentes autores sobre a função da Sociologia no ensino secundário: munir o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade social; estabelecer um conjunto de noções básicas e operativas capazes de dar uma visão não estática ao aluno nem dramática da vida social; facilitar a compreensão e tolerância das relações entre os indivíduos. Esses apontamentos expressam uma visão de Sociologia que deve ser trabalhada com os estudantes, que basicamente se traduz em ensinar ferramentas culturais dessa área do conhecimento que os preparem para uma leitura crítica da realidade social da qual fazem parte.

No essencial, encontramos esses objetivos nas Orientações Curriculares Nacionais (2006), com destaque à necessidade de mediação entre o conhecimento científico da área e os jovens estudantes do ensino médio.

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma *adequação* em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto sabe qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo. (BRASIL, 2006, p. 107)

Sendo coerente com essa diretriz, as OCN indicam várias possibilidades de trabalho, dando autonomia à escola e ao professor para formularem um conteúdo programático que

atenda às suas necessidades, considerando os sujeitos sociais envolvidos e seu contexto político-social, propiciando uma plasticidade à disciplina, que lhe possibilita apreender as problemáticas mais significativas ao trabalho pedagógico com os conteúdos da Sociologia. Por meio de teorias, conceitos e temas é possível formular um rol de propostas de trabalho, que abranja as demandas da escola, bem como as diversas contribuições das Ciências Sociais. Desse modo, é possível ser conteúdo da Sociologia a própria escola, desigualdade social, juventude, HIP-HOP, entre outros. Considerando a situação da Sociologia no currículo, essa autonomia é fundamental para aflorar os diferentes trabalhos, seus problemas e potencialidades que acontecem nas escolas em nível nacional.

A presença da Sociologia no ensino médio pode contribuir para além do *ensino* da disciplina. O olhar sociológico se faz necessário para apreender a instituição escolar em suas diversas dimensões sociais, ou seja, sua relação com as políticas educacionais, com a comunidade local, com seus trabalhadores, seus estudantes, etc.

Como instituição social central na vida dos indivíduos, a escola congrega diferentes manifestações da sociedade. Também nela os indivíduos passam boa parte de suas vidas, com indicações cada vez maiores para que, nesse espaço, encontrem respostas a muitos problemas sociais, desde aos mais diretamente ligados a sua atribuição social como a qualificação para o trabalho, por exemplo, como outros menos próximos.

Nesse sentido, qual a relação entre a escola e os resultados de avaliação em âmbitos mais globais? Os indicadores de diferentes sistemas de avaliação revelam a situação de alerta quanto à qualidade do ensino brasileiro, já que são dados objetivos de processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos na *base* do sistema educacional. Porém esses dados constataam, mas não explicam o porquê desses resultados frente aos objetivos traçados pelo sistema educacional, em seus diferentes níveis e instâncias. Quais os fatores que vêm impedindo a escola de cumprir sua função social, *a socialização do conhecimento historicamente construído*? Enfrentar a complexidade dessa problemática implica, por um lado, entender a crise social mais ampla da sociedade capitalista (MÉZÁROS, 2005). De outro, desvendar as diversas frentes fragmentadas dos problemas da própria escola, que perpassam as condições de trabalho de seus profissionais, a configuração da profissão professor, a gestão institucional, questões de âmbito pedagógico, entre outros. São problemas de ordem estrutural, crônicos, que se consolidam ao longo da história da educação brasileira e colocam, muitas vezes, em xeque a validade da própria instituição escolar.

Em outras palavras, há um esvaziamento da função escolar, fazendo do conhecimento algo *estranho* à escola, aos seus sujeitos sociais, à margem da vida diária. Vivencia-se de tudo nesse espaço, porém a prática pedagógica não dá conta de garantir a socialização de conteúdos científicos escolares. O processo de alienação na escola leva a uma crise de identidade de seus sujeitos, fazendo das relações cotidianas o inverso do propósito educacional.

As relações sociais na escola se manifestam em constantes conflitos entre os objetivos educacionais mais amplos e a ausência de uma identidade com os mesmos por parte dos sujeitos, o que gera a contradição entre ensinar e aprender, polos indissociáveis do processo pedagógico. Exatamente essa dimensão precisa ser enfrentada como problemática central na escola. O que significa ensinar e aprender conteúdos científicos escolares na escola, hoje?

Os estudantes veem a escola como espaço importante para sua sociabilidade, porém a dimensão do aprender muito vezes diretamente associada à sala de aula tem sido negada ou inviabilizada. Professores — como mediadores entre conhecimento científico e estudantes — não têm avançado ao ponto de atingir mudanças significativas na formação destes últimos. Há um desencontro de motivações e objetivos entre esses sujeitos, o que leva a um conflito permanente no espaço das relações, inclusive no pedagógico.

### **Reforma do ensino médio e BNCC**

Neste contexto, o currículo interfere diretamente no cotidiano escolar e faz emergir novas contradições que alimentam as relações sociais da escola. A Reforma do Ensino Médio, Lei Federal n. 13.415/2017 e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 trazem uma nova concepção e organização curricular com impactos significativos para a escola e as disciplinas. A grande mudança está na inserção de itinerários formativos pelas grandes áreas do conhecimento, que deslocam o foco disciplinar para temáticas pré-determinadas, rompendo com a presença das disciplinas em todos os anos do ensino médio. A partir dessa nova regulamentação, os estados organizaram os novos currículos para o ensino médio.

Segundo Papim e Mendonça (2020), a análise documental da BNCC evidencia diferenças qualitativas frente às OCN e retoma a proposta educacional hegemônica, pautada na pedagogia das competências. Vale ressaltar que os objetivos da Sociologia no ensino médio, segundo as OCN, é desnaturalizar os fenômenos sociais, tendo como metodologia o trabalho com seleção de temas, conceitos e recortes teóricos, da relevância conceitual e da relação do conhecimento com o contexto da educação escolar, por meio de perspectivas não hegemônicas.

As categorias de análise documental permitem destacar os sentidos presentes no objeto de estudo, de maneira a contextualizá-lo, levando em conta as políticas educacionais, como elemento estratégico no contexto da escola. Há, nos documentos oficiais, uma rica fonte de informações com potencial de ampliar a capacidade de interpretar o objetivo, ao incorporar à sua análise o contexto social, cultural e histórico.

A BNCC para o ensino médio, alinhada à Lei Federal n. 13.415/2017, apresenta como disciplinas obrigatórias Português e Matemática, reduzindo às demais a um status diferenciado frente às obrigatórias, que poderão vir a compor os itinerários formativos, previstos a partir do segundo ano do ensino médio, ocupando o espaço dessas disciplinas, que terão de se articular em novas composições no currículo. No que se refere a Sociologia, não é a primeira vez que sofre golpe, que se materializa num retrocesso frente às OCN. Numa perspectiva de enfrentar os desafios e buscar garantir espaço para conteúdo tão importante ao jovem, faz-se necessário uma análise das possibilidades de trabalho no novo currículo.

**Quadro 1** - Categorias de análise do ensino de Sociologia da BNCC

<b>BNCC do Ensino Médio</b>	
Os fundamentos pedagógicos da BNCC	As decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL, 2019, p. 13).
Referencial didático-pedagógico	A BNCC na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas até o 9º ano do Ensino Fundamental, sempre orientada para uma educação ética. Entendendo-se ética como juízo de apreciação da conduta humana, necessária para o viver em sociedade, e em cujas bases destacam-se as ideias de justiça, solidariedade e livre-arbítrio, essa proposta tem como fundamento a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos. (BRASIL, 2019, p. 547).
Seleção de temas	[...] organizada de modo a tematizar e problematizar, no Ensino Médio, algumas categorias dessa área,

	fundamentais à formação dos estudantes: tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho. (BRASIL, 2019, p. 549).
Recortes teóricos	Para os temas tempo e espaço, não apresenta recorte teóricos; Para os temas indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética, não apresenta referencial teórico, indica, apenas, uma relação dos temas com a tradição socrática, e cita, sem referenciar, Florestan Fernandes. Para o tema Política, o documento apresenta o pensamento grego como origem, sem apresentar recortes teóricos. Para o tema trabalho, destaca Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, relativizando a teoria a relação sujeito/trabalho e toda a sua rede de relações sociais. (BRASIL, 2019).
Conceitos relevantes	Trabalho: trabalho como valor (Karl Marx); como racionalidade capitalista (Max Weber); ou como elemento de interação do indivíduo na sociedade em suas dimensões tanto corporativa como de integração social (Émile Durkheim). (BRASIL, 2019, p. 556-557).
Relação do conhecimento com a realidade e diversidade da educação escolar	Desenvolvimento de competências específicas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas para o Ensino Médio: 1) analisar processos econômicos, políticos, culturais e sociais; 2) desenvolvimento de conhecimentos próprios da Sociologia Política e da Ciência Política, tais como as relações de poder; 3) compreender a complexa relação entre homem e natureza; 4) compreender as diferentes relações sociais dentro de diferentes contextos; 5) a valorização dos direitos humanos e de comportamentos democráticos. (BRASIL, 2019).

**Fonte:** Papim e Mendonça (2020, p. p. 10-11).

Ao identificar alguns elementos da BNCC, é possível constatar o objetivo de atingir uma homogeneização na escola, ao tirar a autonomia pedagógica tanto da instituição, como do professor, compelido, a partir dos currículos estaduais, a cumprir metas e seguir procedimentos técnicos que não dialogam com uma concepção pedagógica crítica.

A BNCC de Sociologia, ao focar a educação em desenvolvimento de competências, orienta o ensino a atividades prescritivas, com estímulos e respostas definidos, mensuráveis e passíveis de controle, no processo de aprendizagem. Por se tratar de uma proposta curricular que concebe a sociedade como essencialmente em harmonia, sem questionar o modelo capitalista e, tão pouco, as teses neoliberais, são os indivíduos, de forma isolada, que estão em dissonância em relação ao contexto, ao conteúdo escolar, à ética, à instituição escolar. Nessa concepção positiva, o fenômeno que desvia da normatividade, consensualmente estabelecida, pode ser corrigido pela educação de competências, mediante um modelo educacional que não pressupõe relações de contradição, mas atua homogeneizando os desviantes, de sorte a se adaptarem ao modelo social, cultural e político (...) (PAPIM, MENDONÇA, 2020, p. 12).

Em São Paulo, primeiro estado a se adequar à BNCC, já trazia uma trajetória próxima desse currículo, por meio de suas políticas educacionais para a educação básica (CAÇÃO, MENDONÇA, 2011), com destaque para seu plano para educação paulista, conhecido por *São Paulo Faz Escola*, que entre várias ações se sobressaíram a *Proposta Curricular* e os *Caderninhos* para alunos e professores para cada disciplina. Tanto na proposta, como nos materiais didáticos, há uma clara adesão à Pedagogia das Competências e ao esvaziamento do conteúdo científico. Nessa perspectiva, o novo *Currículo Paulista*, também chamado de *Currículo em Ação*, mantém a elaboração de materiais didáticos próprios, que pouco subsidiam ao professor e, muito menos, ao aluno, que ao meio de competências e habilidades a serem desenvolvidas, nem sempre possuem as condições pedagógicas necessárias.

A nova grade curricular concentra as disciplinas no primeiro ano do ensino médio, ficando para os anos seguintes os itinerários, que apresentam diversas possibilidades de organização/combinção de áreas de conhecimentos e disciplinas, que ocuparão parte significativa da carga horária desta modalidade de ensino. Assim o espaço relacional entre as disciplinas se coloca como um dos grandes desafios, pois ainda falta acúmulo de pesquisa e práticas pedagógicas que contemplem essa inovação. As áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares são os seguintes: Área de Linguagens e suas Tecnologias, com Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa; Área de Matemática e suas Tecnologias, com Matemática; Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com Biologia, Física e Química e Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Cabe ressaltar os princípios norteadores do novo ensino médio que indicam a necessidade de garantir à formação básica elementos estruturantes que tangenciam diretamente os conteúdos clássicos da disciplina de Sociologia. Projeto de Vida, direitos humanos, compreensão da realidade social, sustentabilidade ambiental se colocam como objeto das Ciências Sociais no campo científico, sendo a Sociologia no ensino médio, o espaço especial para discussão, apropriação e socialização desses conteúdos. A possibilidade de diálogo com as demais disciplinas, tanto no campo das Ciências Humanas como nos demais, se constitui uma interessante proposta de trabalho coletivo na escola.

### **Considerações Finais**

É consensual entre os pesquisadores a existência do impacto das políticas educacionais na escola. As mudanças curriculares se encaixam nisso e têm um peso significativo na educação

atual. Tanto BNCC como os novos currículos estaduais se alinham ao fim maior das políticas neoliberais em avançar no processo de mercantilização da educação, transvestida no discurso de inovação e desenvolvimento de competências, por meio da instrumentalidade dos conteúdos curriculares como forma de reproduzir as tendências hegemônicas capitalistas, com o objetivo maior e final de

(...) enraizar a educação na produtividade e na necessidade de fornecer força de trabalho qualificada para atingir tal objetivo. Portanto, a tendência da BNCC é de introduzir na educação a lógica hegemônica, não crítica, uma vez que não enxerga contradições no modelo social e cultural, conservando verticalizadas as relações de ensino e de aprendizagem e se ocupando em produzir no aluno um conjunto de conhecimentos que são informações importantes para inserção e manutenção do modo de produção social (HELENO, 2017).

As competências apresentadas na BNCC de Sociologia não bastam em si mesmas, sendo insuficientes para organizar a área na qual foi alocada essa disciplina escolar. As competências, a fim de serem efetivadas em práticas pedagógicas, precisam dos conhecimentos específicos das Ciências Sociais, implementadas em ações educativas interdisciplinares, com o objetivo de promover o processo de ensino e de aprendizagem dos conhecimentos que compõem historicamente essa ciência. Em virtude disso, faz-se necessário recorrer às teorias críticas, isto é, às perspectivas educacionais não hegemônicas, enquanto possibilidades de formar a consciência do aluno do Ensino Médio nos temas apresentados pela BNCC de Sociologia (MOREIRA, 2000). (PAPIM, MENDONÇA, p. p. 14-15)

Assim, a grande questão que se apresenta é: qual o espaço para a formação científica ao jovem do ensino médio? É possível superar os limites de um currículo com características imediatistas, voltado ao mercado de trabalho, travestido de uma suposta escolha democrática pelo estudante? Qual o novo lugar da Sociologia no currículo do ensino médio? Estas são as perguntas que buscamos respostas e sabemos que demandarão muita pesquisa e trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED). UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). **Base nacional comum curricular** – ensino médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

BRASIL. LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-)

[2010/2008/lei/111684.htm#:~:text=L11684&text=LEI%20N%C2%BA%2011.684%2C%20DE%202,nos%20curr%C3%ADculos%20do%20ensino%20m%C3%A9dio. .](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111684.htm#:~:text=L11684&text=LEI%20N%C2%BA%2011.684%2C%20DE%202,nos%20curr%C3%ADculos%20do%20ensino%20m%C3%A9dio.)

BRASIL. LEI Nº 13.415, de **16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, 2017. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais para o ensino médio**. Brasília, 2006.

CAÇÃO, M. I., MENDONÇA, S. G. L. . “São Paulo faz Escola”? Contribuições à reflexão sobre o novo currículo paulista. In GRANVILLE, M. A. (org.). **Currículos, sistemas de avaliação e práticas educativas: da escola básica à universidade**.

Campinas/SP: Papyrus, 2011.

CANDIDO, A. A estrutura da escola. In PEREIRA, L., FORACCHI, M. M. **Educação e sociedade**. 11ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

MÉSZAROS, I. **A Educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PAPIM, A. A. P., MENDONÇA, S. G. L.. O impacto da BNCC no ensino de Sociologia para o Ensino Médio: o retrocesso mediante as OCN. **45º Encontro Nacional da ANPOCS**, 2021.

Disponível em:

[https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZnjoYToxOntzOjE6ImZlZGF0ODE4YWE5YWU0YTU0YTViNDQ3OTYxYzViZDRjIjt9&ID\\_ATIVIDADE=130](https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZnjoYToxOntzOjE6ImZlZGF0ODE4YWE5YWU0YTU0YTViNDQ3OTYxYzViZDRjIjt9&ID_ATIVIDADE=130)